



Ainda maio de 1968 – autonomia, engajamento no campo literário e as posições divergentes de J.P. Sartre e Maurice Blanchot

Aline Magalhães Pinto FALE/UFGM¹

As efemérides carregam consigo a tarefa de oferecer ao pensamento uma configuração do tempo: como marca a ser retomada, a data se torna uma comemoração. Eelco Runia, historiador holandês que trabalha com a questão da memória em campos de batalha, chama atenção para um aspecto muito instigante desse hábito da comemoração. Para ele, a comemoração é uma espécie de auto-celebração da forma identitária. Um processo de auto-exploração que, a partir das Grandes Guerras, passa a se relacionar à terapêutica e à busca por bem-estar e consolo, engendrando experiências - como essa que nós estamos compartilhando nesse momento-, reflexivas e questionadoras, mas que ao mesmo são as formas pelas quais a criatura humana consegue chegar a “acordos” com os traumas históricos. (RUNIA, 2007).

E em que sentido maio de 1968 pode ser entendido como traumático?

No sentido em que Alain Touraine, em um livro escrito ao calor do momento e publicado ainda em 1968 pelas *Éditions du Seuil*, aponta: o movimento de maio significava menos a recusa à sociedade industrial e a sua cultura, e mais um fazer-ver, isso é, uma disposição radical em tornar suas fraturas, contradições e conflitos sociais

irreversivelmente visíveis. O maio de 68 francês contribuiu, nesse sentido, para destruir, em diferentes contextos culturais, a imagem – forte e insistente nos anos 1950- de uma sociedade reconciliada consigo mesma (TOURAINÉ, 1968).

Eu gostaria de, nessa oportunidade, explorar uma dessas contradições, tendo como enquadramento ou contexto, o campo literário e suas tensões com o mundo político. Como os fenômenos do campo literário não respondem diretamente ao modo temporal da cronologia, a delimitação do problema de que quero tratar exige um movimento de recuo: trataremos do período que vai da Libertação da França no final da Segunda Guerra ao final dos anos 1960. Nesses anos, que podemos chamar de imediato pós Segunda Guerra, a interrogação sobre as condições de possibilidade da literatura significou, para toda a *intelligentsia* da época, pensar o futuro da arte literária e consequentemente do mundo em que ela se oferece. Mais especificamente, a literatura, as condições de possibilidade desse fazer tão estudado quanto enigmático, tocavam profundamente a questão política sobre futuro da cultura e da nação francesa. Isso porque, naquele momento, a existência do mundo (como formação cultural europeia) e a existência da literatura dentro deste mundo estavam, de fato, *em questão*. A reflexão sobre a literatura, a partir nos anos 1940, implica em explorar e dotar de sentido a forma e a força cáustica, volátil e volatizante do discurso literário, projetando o entendimento dessa força em um mundo desestabilizado. Essa implicação entre os gestos estético e político, paradoxalmente, levará aos poucos ao refluxo do engajamento literário.

O campo de discussão aberto por essa questão sofreu, no pós –guerra, o impacto da emergência de uma série de discursos que se consideraram não apenas capazes como também diante da necessidade de dispensar, senão completamente, pelo menos em parte, o horizonte conceitual do racionalismo moderno ocidental. As múltiplas e contraditórias faces do(s) projeto(s) de modernidade, antes compatibilizadas pela promessa de liberdade como harmonia entre progresso científico e moral, a ser realizada por um sujeito autoconsciente e autocentrado, transformam-se em alvo de uma inquirição que visa o princípio de subjetividade e a promessa de liberdade como *telos* da história humana. A amplitude desse questionamento, que atendeu, na segunda metade do século XX ao controverso nome de pós-modernidade, ressoou fortemente

no sujeito da produção científica e, notadamente, no sujeito produtor de conhecimento das humanidades e das artes, tendo sobre as disciplinas um efeito diluidor das fronteiras e limites epistemológicos. Os modos de investigação em história, em linguística, em literatura, filosofia, psicologia, ciências sociais, em arquitetura e artes interagem e se espelham, talvez sinalizando para aquilo que G. Vattimo compreendeu como um pensamento frágil, isso é, aquele que ao não se refugiar numa historicidade de sentido positivo, estabelece a tarefa intelectual como desvio da busca pelo fundamento último, mas que não se furta à aventura do questionamento (VATTIMO, 1995).

Esse cenário, para a Teoria e crítica literária francesa, demandou uma postura de interrogação quanto a natureza e a especificidade de seu objeto. Evidentemente, esse questionamento não estava ausente nos últimos dois séculos, pelo contrário, até pelo processo de consolidação da literatura como discurso autônomo. Mas, no final dos anos 1940, na França, emerge um cenário de reestruturação cultural onde se misturam o desejo de reestabelecer os vínculos com a tradição e a sensação de que cada pensamento, cada gesto, traz uma contribuição radicalmente nova. Nesse cenário, as interrogações sobre a tarefa do escritor e as dificuldades de fundar legitimamente o espaço da literatura penetram por problemas de ordens distintas: a primeira diz respeito à relação do escritor, do intelectual e seu campo de ação em relação a um mundo abalado, num sentido bastante amplo e profundo, pela Guerra. A segunda diz respeito ao próprio caráter da literatura e do pensamento no mundo moderno que, desde as primeiras manifestações intelectuais na Alta Modernidade – por exemplo, a filosofia de Nietzsche, e as obras de Baudelaire e Mallarmé - tendeu a se constituir como uma força de rompimento com a tradição, i.e., como negatividade.

Nesse momento, a “questão da literatura” é um ponto concentrado de incertezas. Perguntar-se sobre a literatura constituiu uma tensão compartilhada pela intelectualidade francesa. O fecundo debate intelectual ao redor da escrita literária pode ser atestado pela circulação de revistas como *Esprit* e *Tel Quel, Les temps modernes*, fundada por J. P. Sartre em 1945 e *Critique*, criada por G. Bataille em 1946. Nas páginas dessas revistas estão impressas as discussões que aconteciam nos cafés, nas universidades, nos encontros nas casas dos escritores e editores. A compreensão das dinâmicas das políticas editoriais e circulação de revistas, bem como da importância

do papel destas revistas para a reconstrução do ambiente cultural francês, mostra a imbricação profunda, entre o mundo literário e a cultura intelectual, como mostra o trabalho de Roger Chartier sobre a história das edições (CHARTIER, 1986). Ao fundo, encontram-se as incertezas em relação ao futuro da cultura francesa e europeia, em que pensadores e escritores reveem sua função numa sociedade descrente e desamparada.

A questão alude, de saída, às formas pelas quais o campo literário no século XX responde à busca por aquela forma de autonomia que responde pelo nome de autorreflexividade ao mesmo tempo em que repensa as relações entre literatura e sociedade. Ao tomar esse lugar como ponto de partida, não estou em busca de uma essência ou substância singular do fenômeno literário, mas procuro estar sensível ao traço de historicidade que marca as respostas dadas a delicada e fulcral questão: «O que é a literatura?» Nesse sentido, nunca será demais lembrar, com Pierre Bourdieu, que a autonomia do campo literário não se constrói unicamente em relação às demais formações discursivas ligadas ao saber, mas também em relação à lógica do mercado e à política, por meio de lutas contra definições heterônomas do papel social do escritor e de sua responsabilidade (BOURDIEU, 1996).

No imediato pós-guerra francês, a demanda intelectual acerca do âmbito literário pode ser apontada pelas questões-título dos livros de dois intelectuais que elegem a literatura como espaço privilegiado do pensar: *Comment la littérature est-elle possible?* De Maurice Blanchot (1942) e *Qu'est-ce que la littérature?* J-P Sartre (1947). À posição desses autores, - personagens do Maio de 68 -, dedicaremos nossa atenção, buscando desenhar a configuração da "antinomia Blanchot – Sartre": duas posturas opostas, mas que têm como ponto em comum a reivindicação de autonomia da literatura com relação às definições heterônomas de responsabilidade. O diálogo travado pela postura intelectual desses dois pensadores constitui uma mediação interessante para compreender esse momento da cultura literária francesa e de seu pensamento teórico. Antes de vir propriamente à análise, é imperativo deixar marcado que há outros interlocutores de peso nesse debate, tais como Adorno, sobretudo em seu *Notas de literatura* [1958] e Roland Barthes, em seus escritos críticos dos anos 1950 – ambos contra a posição sartreana. Para esse tema, encontramos a pesquisa desenvolvida por Benoit Denis (2002) como referência analítica contemporânea.

O texto de Sartre, é publicado pela primeira vez em 1947, na revista *Les Temps modernes* e elabora uma exigência pulsante no mundo das esquerdas: de que a literatura cumpra uma função social que não seja puramente de fruição estética. Sartre atribui ao escritor uma responsabilidade ilimitada, derivada de sua atuação direta na conformação de uma consciência política socialmente compartilhada. Portanto, como ele explica na apresentação do primeiro número de *Les Temps modernes* (1945), Flaubert e Goncourt seriam responsáveis pela repressão que se seguiu à Comuna de Paris, - pois não escreveram uma única linha para impedi-la- ; contrariamente a Voltaire no caso Calas, a Zola no caso Dreyfus e a Gide, em relação à administração colonial no Congo. Nesse texto, Sartre constrói uma genealogia do escritor engajado, encarnação suprema da imagem do intelectual. Essa genealogia sustenta uma tradição que nos informa sobre o que é sua interpretação da relação entre arte, política e sociedade.

A questão capital de sua teoria literária é justamente como pensar uma literatura que, sem sacrificar-se, estivesse totalmente engajada no mundo político. A elaboração dessa noção de engajamento é decisiva, tanto para o campo artístico quanto para o domínio político. Ela se relaciona diretamente ao topos do fim da literatura, isso é, ao reconhecimento do fato de que nada nos garante que a literatura seja imortal. Atravessando toda a estrutura argumentativa de *Qu'est-ce que la littérature*, esse topos, no último capítulo, ganha uma feição obstinada e Sartre se convence e tenta nos convencer de que é preciso "salvar a literatura". Isso é, o "fim da literatura" têm uma função pragmática: relaciona a sobrevivência da literatura ao envolvimento político do escritor.

Para Sartre, a literatura e as artes tem a liberdade como origem e finalidade. A literatura, sem dúvida, lança a liberdade do escritor e, na mesma medida, dela dela depende. Mas a liberdade não se atualiza senão através da obra realizada, permanecendo em um estado de pura potencialidade até que uma leitura intervenha de maneira a tornar a obra uma totalidade sintética. Portanto, a obra literária não é apenas fruto da liberdade do autor. Ela só tem sentido quando possibilita a liberdade do leitor, que consiste na capacidade de julgar esteticamente a obra, concordando ou não em jogar o seu jogo. Isto é, o leitor é livre para aceitar ou rejeitar a proposta estética feita a ele.

Nesse sentido, na concepção sartreana, a literatura existe como uma forma de cooperação entre o autor e o leitor, cada um reconhecendo mutuamente a liberdade do outro como condição necessária para o cumprimento da obra literária. Em *Qu'est-ce que la littérature?* Sartre combina as mudanças históricas com a busca pela essência atemporal que liga as escritas imaginativas de cada época ao nome comum Literatura. No entrelace de ação e negatividade - em uma união interessante do ponto de vista existencialista com algo que lembra a filosofia hegeliana - Sartre encontra nesse território chamado literatura o momento reflexivo da liberdade humana. Isso quer dizer: o momento em que o escritor, através do exercício de sua própria liberdade, faz um apelo para a liberdade fundamental do leitor. Esse apelo configura-se como engajamento.

Para a concepção engajada de literatura, a forma literária por excelência é o romance. O romance, ao contrário de poesia, ainda parece a Sartre como suscetível de ser, ao mesmo tempo, uma forma autônoma e responsável de arte. Sartre recusa tudo aquilo que vinha como herança das vanguardas modernistas: a "mistura de gêneros", a "contaminação" da prosa pela poesia e a preocupação de cunho "formalista" na literatura, defendendo a transitividade da escrita. Sartre buscou instituir um projeto de escrita engajada. Tentativa textualmente documentada pela ênfase explícita e insistente do uso do "nós" geracional. Esse projeto buscava responder a duas questões básicas: como definir as condições para a literatura, sem renunciar a estar totalmente engajado na política? E ao mesmo tempo, como a literatura poderia vencer o purismo estético e não tornar-se um panfleto político?

A história literária de Sartre não perde tempo com olhares desinteressados ou viagens estéticas, não há espaço para antologias pessoais apaixonadas. É possível afirmar que nos anos 1940, Sartre pensa a história literária como abertamente pró-ativa, prescritiva e mesmo intervencionista. A história da literatura conduz a definição da literatura a ser feita.

E, paradoxalmente, como afirma Benoit Denis, convencional em sua forma e em seus pressupostos, a história literária de Sartre cedia ao radicalismo que pretendia combater. Ao defender o romance e a transitividade da escrita como única forma válida de literatura, Sartre estabelece a prosa e a poesia como dois regimes absolutamente distintos. O primeiro estaria destinado a ter um lugar na dialética da História. Enquanto

ao segundo, restaria realizar infinitamente seu fim, como uma espécie de suicídio solene. A poesia deveria permanecer intacta e inútil, imóvel em seu movimento de repetição e perda.

Em 1943, Jean-Paul Sartre, ao publicar um ensaio sobre o mais recente livro de Maurice Blanchot, torna-se seu primeiro crítico, evidenciando, desde esse primeiro momento, a distância intelectual que sempre os separou. Blanchot recusa as implicações normativas consequentes da relação entre literatura e ação engajada no mundo promovida pela concepção sartreana. Para Blanchot, *'Qu'est-ce que la littérature?* soa como uma tentativa um tanto quanto desesperada de proceder a reavaliação da modernidade mais radical procurando reestabelecer a qualquer preço os valores culturais e literários após a onda surrealista e a Guerra.

Já no início dos anos 1940, quando a questão da literatura toma a atenção intelectual de Blanchot, ela aparece como lugar de encontro e de autoquestionamento da comunidade; ela se assemelha, para Blanchot, a um intervalo impossível - pertence necessariamente à comunidade a que é dirigida, mas também se projeta para além do presente estado dessa comunidade para expressar algo que não é nada menos do que uma promessa de futuro radical. Mas isso, como mostra Leslie Hill, significava que Blanchot também se viu numa posição paradoxal, ao reivindicar como único fundamento da literatura sua impossibilidade de fundação (HILL, 1997).

A literatura, para Blanchot, desde essas primeiras reflexões nos anos 1940, assume a forma de uma consciência negativa. Em *Comment la littérature est-elle possible?* Blanchot afirmava haver no coração de qualquer escritor, um demônio lógico que empurra a ferir de morte todas as formas literárias para tomar consciência de sua dignidade como escritor. Escrever literatura é romper com a língua, com a tradição e com a própria literatura. A questão que move sua teorização tematiza essa atividade. Ao discutir o espaço da literatura e da ação política Blanchot responde a Sartre em defesa da natureza ambígua e misteriosa da palavra escrita. Ele não entende a intransitividade e o duplo sentido da palavra como uma "doença" que o escritor deva combater. Ao contrário, sugere que a incerteza, a dúvida e a ambiguidade que pairam sobre o texto literário são "sintomas" do vazio de sentido que permite ao leitor desenvolver um diálogo com o texto, através das leituras, interpretações, infinitas conversas. Blanchot elabora, portanto, uma forma literária que consiste na exigência

do desvio. Pensar de forma desviante não implica dissolver ou transformar o mundo, mas na insistência em cumprir a tarefa de afirmação da literatura.

A divergência em relação a concepção de literatura é o pano de fundo da acusação que Sartre faz a Blanchot, na ocasião da publicação de *Aminabad* em 1943, condenando-o como “mero formalista com gosto pelas palavras”. Blanchot irá ilustrar, em seus ensaios romances e contos dos anos 1940 e 1950, um trabalho cada vez mais sujeito à fragmentação e uma escrita a apagar as fronteiras entre reflexão e ficção em prol de uma literatura pensante. Como crítico, sobretudo nesse período do imediato pós-Guerra, Blanchot se mostra pouco preocupado com os autores cujos escritos não figuravam no leque literário da Alta modernidade. Seu foco incide sobre autores e obras que continham o potencial, que ele encontrava na forma literária, de constituir-se como um pensamento do mundo. O escritor para Blanchot, ao contrário de estar convicto de sua posição e por isso, engajado; é aquele que se entrega à dúvida de maneira radical, tão radical que leva a suspeição até o limite de saber em que sentido, precisamente, ele (escritor) pode pretender sê-lo. A literatura seria um caminho para a descoberta de um abismo intransponível que nos separa de nossa própria existência. O escritor experimenta a vertigem e, conseqüentemente, a angústia fundamental perante essa ausência de fundação, de fundamento e de sentido. Não é por isso estranho que os autores Blanchot vai escolher para examinar são Kierkegaard, Blake, Rimbaud, Rilke, Lautréamont, Bataille, Borges, Camus, e Mallarmé entre outros. Ao lidar com eles, Blanchot não incorre na tentação de forçá-los a se enquadrar numa visão selecionada arbitrariamente. Mas ele busca, em cada caso, os traços especificamente modernos da concepção de homem e de mundo.

Com efeito, o tipo de crítica e de teoria praticada por Blanchot se insere numa tradição mais longa, desenvolvida ao longo do século XIX e que está endividada com Pascal, na qual pensar é ater-se sobre a ambigüidade invencível das coisas. A única maneira de ter certeza, de não cair em um dogmatismo de má-fé ou de indiferença superficial é incansavelmente questionar. A escrita de Blanchot em seus ensaios, visa revelar pela prática da leitura literária, a oscilação como uma espécie de preceito universal. Para isso, ele se move a partir da consideração das antinomias envolvidas na linguagem, para refletir sobre a neblina da literatura. A ambigüidade é “descoberta”

como uma condição de existência discursiva e produz uma concepção de literatura em que as convenções são, ao mesmo tempo, incorporadas e frustradas.

No trabalho de Blanchot como crítico literário e pensador da literatura, o primeiro efeito criado é a impossibilidade de sentido imediato: um bloqueio de significação é obtido através da complicação máxima das referências. Esse bloqueio levará ao leitor um sentimento de insegurança, dúvida e inquietação que deve convergir ao ponto de ruptura e abismo de sentido do texto. Não que Blanchot não esteja disposto a lançar mão dos recursos estabelecidos pela história literária. Apenas a situação histórica não é determinante para se atingir o centro descentrado que move a literatura. Pela concepção de Blanchot, a literatura é um discurso que remete para a reflexão em torno da profundidade das vicissitudes humanas e encontra ressonância nas escritas de Santo Agostinho, Pascal, Valéry, Meister Eckhart, escritores cujo o trabalho atinge o ponto perigoso em que se igualam lucidez total e aniquilamento da vida.

A distância entre as concepções de literatura de Blanchot e Sartre ressoam no trabalho crítico de cada um desses intelectuais. É esclarecedor pensar na maneira como cada um conversa com o objeto da crítica, isso é, como constrói suas citações ao longo de seus textos. Blanchot, em geral, não cita constantemente os autores com que lida, mas quando o faz oferece ao leitor longas citações, como de modo a fazer ouvir algo do próprio escritor. Sartre, pelo contrário, cita de forma persistente e aguda, conscientemente de maneira a granular o estilo de cada escritor. As citações são curtas, muitas vezes de algumas palavras apenas, em parte porque Sartre está descrevendo as características do estilo de escrita. Mas também porque, com uma visão quase microscópica, Sartre prefere isolar certas unidades básicas que ajudam a construir o texto, tentando transmitir sua realidade. Chama a atenção, por exemplo, sua interessante e curiosa interpretação de Francis Ponge . Por sua atenção ao mais ínfimo dos detalhes, Sartre é capaz de desvendar o fecundo ideal de Ponge, e sua impossível realização. Mas, ao mesmo tempo, ressoa na crítica certa ansiedade no sentido de convencer Ponge que ele deve ajustar sua visão da existência humana e passar a escrever sobre seres humanos, assim libertando-se para a grande realização literária (SARTRE, 1944)

Por sua vez, Blanchot, ao procurar convulsionar o leitor, faz ressaltar a ambigüidade, oscilação, e o paradoxo dos textos que analisa, o que acaba por conferir ao ensaio crítico uma existência em separado do texto que lhe serve de base. Isso obstrui um engajamento do tipo concebido por Sartre. O contraste fica claro na leitura sobre a obra de Kafka. Para Sartre, Kafka é o escritor de total frustração ou da transcendência impossível (1948). Para Blanchot, o fascínio que a escrita desperta em Kafka se relaciona com a ausência de tempo própria à modernidade e Kafka se transforma na criatura que se rende a sua desgraça – ser escritor (BLANCHOT, 1981). Enquanto Sartre encerra o texto Kafkiano na impossibilidade de transcendência, Blanchot o abre ao diálogo com a filosofia e à crítica da modernidade.

Interessante ainda para compreender a divergência entre Sartre e Blanchot é a leitura que cada um deles tem a oferecer sobre *L' Experience intérieure*, de Georges Bataille. Blanchot escreve explorando a anomalia escandalosa da existência do homem, e não tem problemas em manter a seriedade ao lidar com um livro calculadamente absurdo. Sartre, por outro lado, é extremamente sensível ao ridículo, absurdo e bizarro, e usa sua habilidade filosófica para expor com extremo sarcasmo, como defeitos, a incoerência e contradição da extravagância de Bataille (1947). Enquanto Sartre parece, como crítico literário, condenar a obra por sua ironia, Blanchot parece disposto a compreender o presente de uma experiência, e tenta evocá-la em toda a sua intensidade e autenticidade (1958). Nesse mesmo sentido, não poderíamos deixar de citar a "psicanálise existencial" a que Sartre submete Baudelaire, utilizando sua poesia exclusivamente como um documento psicológico (1947). Por sua vez, Blanchot entende a imaginação em Baudelaire como um equilíbrio em perpétuo desequilíbrio, onde a maior loucura se afirma pela lucidez, pela reflexão, pela crítica e pela ironia (1949).

Finalmente, a posição de Sartre reflete a exigência daquele momento em manter para a literatura um equilíbrio entre a necessidade de defesa de um projeto político, um desejo de futuro e uma existência legítima no presente. A posição de Sartre foi endossada pelo movimento de 1968, em que os estudantes pareciam vivenciar o momento em que a alienação individual se rompe em prol da capacidade de impor a liberdade pelo engajamento. Blanchot, por outro lado, acaba por representar uma concepção de literatura aberta ao porvir, justamente porque encara a Escrita literária como movimento que sempre recomeça, que toca o vazio do passado e o vazio do

futuro. Para ele, a literatura busca e se enamora de uma autenticidade mais original e extrema, quer e não pode abraçar esse inapreensível. Essa contrariedade marcaria o ato de escrever, e toda sua dificuldade.

A antinomia teórica representada pela postura dos dois autores persiste em diferentes cenas do debate cultural e literário. Apesar dela, contudo, Sartre e Blanchot souberam estar ao lado dos estudantes quando Paris acordou em meio de suas barricadas. É o que mostra o manifesto, assinado por ambos, publicado em 10 de maio de 1968 no *Le Monde* com o qual encerro essa curta exploração textual:

A solidariedade que afirmamos aqui com o movimento dos estudantes no mundo – esse movimento que vem, subitamente, em horas magníficas, abalar a chamada sociedade do bem-estar, perfeitamente consubstanciada no mundo francês- é em primeiro lugar uma resposta às mentiras pelas quais todas as instituições e as formações políticas (com raras exceções), todos os órgãos de imprensa e de comunicação (quase sem exceção) procuram a meios alterar esse movimento, perverter-lhe o sentido ou tentam até mesmo apresenta-lo como algo irrisório.

Referências

BLANCHOT, M. *Comment xxxxx* Paris: J. Corti, 1942.

_____ *La Part du feu*, Paris, Gallimard, coll. « Blanche », 1949,

_____ « Le récit et le scandale », in *Le Livre à venir*, Paris, Gallimard, « Folio essais », [1958] 1996.

_____ *Kafka à Kafka*. Paris: Gallimard, 1981

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 1996. São Paulo: Companhia das Letras, 432p

CHARTIER, R. Martin, J. VIVET, J-P. (org) *Histoire de l'édition française* Paris : Promodis, 1986 P. 143-155 V. 4. *Le Livre concurrencé 1900-1950*.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____ *Les fins de la littérature - Apories et contradictions de l'histoire littéraire sartrienne*, 2006. Disponível em:

http://www.fabula.org/atelier.php?Les_fins_de_la_litt%26acute%3Brature

HILL, L. *Blanchot: Extreme Contemporary*, Routledge, 1997.

RUNIA, Eelco. *Burying the Dead, Creating the Past. History and Theory*, 46.nº 3 2007.

SARTRE, J.P. *Qu'est ce que la littérature?* Paris, Gallimard. [1948] 1985. L'essai est paru en livraisons dans *Les Temps Modernes*, de février à juillet 1947 (n°17 à 22).

_____ Présentation In: Revue Les Temps Modernes (n° 1), Gallimard
Parution : 01-10-1945

_____ Sobre *Aminadab* de Maurice Blanchot, Jean-Paul Sartre : « Aminadab, ou du fantastique considéré comme un langage », *Cahiers du Sud*, avril et mai 1943 (repris dans *Situations*, I).

_____ Sobre Francis Ponge: *L'Homme et les choses*, Poesie 44 n° 20-21, 1944 (repris dans **Situations I**)

_____ Baudelaire. Paris, Gallimard, 1947.

_____ « À la Kafka » In: *Situations II*, Paris, Gallimard, 1948

_____ « Un nouveau mystique », *Les Cahiers du Sud*, n° 260, 261 et 262, octobre-décembre 1943 ; repris dans *Situations I*.

TOURAINÉ, Alain. **Le mouvement de mai :, ou, le communisme utopique.** Paris: Seuil, 1968.

VATTIMO, G., ALDO, P.A. (eds.) (1995a): *El Pensamiento Débil*. Cátedra. Madrid.

ⁱ Professora da Área de Teoria da Literatura e Literatura Comparada, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – PÓS-LIT.